

CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A FORMAÇÃO DA RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

*Victor Nigro Fernandes Solis**

Resumo: *Este artigo trata das condições para que o Rio de Janeiro, então capital da República, se utilizasse de uma emissora de rádio -a PRE 8: Rádio Nacional- que desempenharia um papel aglutinador para a consolidação das ações políticas dos vencedores de 1930 e para a contraposição às forças centrífugas regionais e locais. Neste sentido serão abordadas as condições históricas de formação da cidade do Rio de Janeiro que a tornam um centro político, econômico, comercial e também síntese da nacionalidade brasileira, o que possibilita a promoção de uma política de abrangência nacional por meio de uma emissora de rádio pública.*

Palavras-chave: *Rádio Nacional; Poder central do Estado; Nacionalidade; Transformações urbanas; Rio de Janeiro.*

Introdução

A inauguração da Sociedade Rádio Nacional em 12 de setembro de 1936, assistida por um seletor público no ainda pequeno auditório da emissora, em nada se assemelhava com a sua grandeza e importância adquirida anos depois. Situada na Praça Mauá, no centro da então capital da República brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional PRE-8 (prefixo da emissora) pertencia ao grupo A Noite, dono de um jornal homônimo, além das revistas A Noite Ilustrada, Vamos Ler e Carioca. Em decorrência das dívidas oriundas da construção de sua nova sede – o edifício A Noite, considerado o primeiro arranha-céu do Rio de Janeiro e do Brasil, e inaugurado em 1929 –, a empresa acabou por ser absorvida pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, de posse estrangeira e conhecida como Brazil Railway Company, empresa norte-americana do capitalista Percival Farquhar.

A entrada do capitalista Percival Farquhar nos negócios brasileiros teve início em 1904, com a compra da Rio de Janeiro Light & Power Co., além das concessões da

* Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Société Anonyme du Gaz, que já participava da construção da infra-estrutura carioca desde o século anterior, conforme veremos mais adiante. O norte-americano teria ainda participação decisiva na modernização do perfil da cidade e do país, com a constituição da Companhia Telefônica Brasileira e, inclusive, investimentos de ordem diversa, tais como hotéis na capital da República e em São Paulo.

A mudança na direção do grupo A Noite gerou também uma nova orientação para a empresa no sentido de investir na criação de uma estação de rádio. O Rádio começava a apresentar melhores condições de funcionamento do que na época das iniciativas pioneiras de transmissão dos idos de 1922. Foram dadas, através dos primeiros decretos baixados por Vargas sobre radiodifusão, concessões de prefixos a empresas jornalísticas (Jornal do Brasil, A Noite e Diários Associados), e presenciava-se também o crescente interesse de empresários e ouvintes. No entanto, o endividamento de Farquhar em decorrência da alta necessidade de investimentos em suas empresas, como foi o caso da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, frente ao patrimônio nacional foi uma das razões que acarretaram no decreto-lei no. 2.073, de 8 de março de 1940, o qual incorporou todos os seus bens à União, estando aí incluída a Rádio Nacional e todo o Patrimônio de A Noite.

O presente artigo buscará compreender e identificar o porquê do local escolhido como o alvo de uma política de Estado que atue no sentido de instituir uma emissora de rádio com o papel de difundir para todo o país, o ideário do grupo vencedor do movimento de 1930 e, com isso, contribuir para o exercício da política deste grupo, ter sido a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. A resposta para essa pergunta, talvez pareça óbvia e extremamente simplista, se fosse restrita ao fato do Rio de Janeiro ser na época sede do poder político nacional. Nossa hipótese é a de que enquanto capital da República, a cidade do Rio de Janeiro pôde desenvolver as condições necessárias para tornar-se o local propício para a instalação de uma emissora de rádio que pudesse transmitir para todo o Brasil, desempenhando um papel aglutinador, possibilitando aos vencedores de 1930 a consolidação da sua ação política e eliminação das forças centrífugas regionais.

Dessa maneira, o trabalho em questão adota a perspectiva de um estudo de caso cujas derivações não são naturalmente observáveis, porém, estão inerentes ao estudo. A análise histórica, que perpassará os períodos de Brasil- colônia, Reino Unido a Portugal

e Algarves, Império e republicano até o fim do Estado Novo em 1945, não se dará de maneira linear, de modo a permitir a comparação entre os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais da temática proposta. Sendo assim, é importante determinar mais uma vez a sua não obviedade, ou seja, a relevância da especulação. Para essa hipótese levantada, há um número importante de premissas que permitirão a existência de uma originalidade no tema. Convém nesse momento, sintetizar tais premissas:

Primeiramente, o poder político central contrapôs-se às forças centrífugas regionais e locais, permitindo a constituição e integridade do território brasileiro e do Brasil enquanto nação possível;

Em segundo lugar, o Rio de Janeiro tornou-se o lócus privilegiado para executar o papel político, econômico e cultural de centralização da República;

Em terceiro, os interesses da oligarquia agro-exportadora fizeram com que a capital do Brasil lançasse mão de sua localização geográfica como um porto exportador-importador e como centro político- financeiro. Isso permitiria que seus interesses de classe se afirmassem na divisão internacional do trabalho e comércio capitalistas;

Em quarto lugar, esses interesses cosmopolitas das frações de classes no poder durante a primeira República produziram ao mesmo tempo, dialeticamente, condições para a fragmentação econômica, política e sócio-cultural do país e condições simbólico-políticas e sociais para a construção teórica e prática de valores aglutinadores e nacionais;

Uma quinta premissa consiste no fato de que a cidade do Rio de Janeiro seria a síntese desta nacionalidade e principal fiadora da inserção comercial do Brasil na divisão internacional do trabalho capitalista, requisito para a realização dos seus interesses político- econômicos e culturais em nível internacional.

O poder político da cidade como Distrito Federal propiciou o desenvolvimento de oportunidades econômicas, comerciais, industriais e de serviços que a colocaram como um grande mercado financeiro e de trabalho. Nesse sentido, produziu-se um adensamento populacional e demográfico, que em razão do amplo fluxo migratório interno e externo, gerou uma diversificada estrutura social e populacional, a qual, de certa forma, sintetizava a estrutura populacional brasileira;

A sexta e última premissa para análise é a de que apesar da parcial ruptura da estrutura e dominação política produzida pela revolução de 1930 e por seus acontecimentos decorrentes, o papel da cidade do Rio de Janeiro, enquanto Metrópole propiciou as condições e demandas sócio-políticas e culturais para produzir, pela primeira vez, a construção de um marco político baseado na concepção de nação e de nacionalismo enquanto ideologia.

É, portanto, nesse quadro que o poder político do Estado vai se utilizar da Rádio Nacional enquanto instrumento de construção e difusão de uma política cultural de recorte nacionalista, após sua incorporação ao Patrimônio da União, em 1940.

A Construção de um espaço metropolitano nacional: do burgo colonial à Metrópole nacional

Para começar a análise, é preciso salientar que as transformações na sociedade brasileira adquirem maiores significados a partir da vinda da Corte portuguesa para o Brasil. As primeiras medidas de abertura comercial e implantação de instituições que possibilitassem uma efetiva administração pública do Reino representaram o início da intervenção estatal no país. A transição será a partir daí, marcada por uma crescente atuação do Estado. Até aquele momento, o poder político encontrava-se disperso por toda a colônia, de modo que a vinda da Metrópole para o Brasil significou uma forma de ruptura, consolidada anos mais tarde com a independência política. O papel centralizador de uma capital colonial existia apenas nas questões de interesse ligadas ao pacto colonial e aos interesses políticos e econômicos da Metrópole.

Com o país independente, os primeiros movimentos contestatórios e separatistas, ocorridos e iniciados nos tempos de Brasil-colônia, não cessaram. Pelo contrário, as forças centrífugas regionais e de mandonismo local passaram a atuar buscando a obtenção de maior poder político- econômico, recusando sua subordinação ao governo central. Assim sendo, os movimentos de separação foram comuns durante o Império, sendo continuamente alvo das ações do Estado.

O poder central, localizado inicialmente na Corte, na capital do Império e posteriormente, na capital da República, permitiu a constituição do Brasil, garantindo a integridade de seu território e a possibilidade de tornar-se uma Nação. O papel realizado

nos campos político (garantindo o apoio das oligarquias), econômico (financiando) e militar (combatendo e garantindo a ordem e unidade territorial), contrapondo-se às forças e resistências locais ou regionais, tornaram o poder central estruturalmente imprescindível ao desenvolvimento econômico e ao próprio exercício da política no país. Essas medidas aproximaram as oligarquias regionais do poder central¹, visto que o capital comercial situava-se na cidade do Rio de Janeiro.

As cidades brasileiras cresceram originalmente em função do comércio com o exterior (liberalizado a partir de 1808 com a abertura dos portos), tendo em vista que o país era em quase sua totalidade, agrícola. Em comparação com as potências européias, onde os crescimentos das cidades aconteciam em função do seu crescimento industrial e do capital mercantil a ele subordinado, no Brasil, país onde prevalecia a supremacia política e econômica do latifúndio rural, o crescimento de suas cidades se fez como representante do Capital Comercial, face urbana dessa supremacia rural.

O Rio de Janeiro cresce ao se aproveitar do mercado interno já existente por meio da troca de mercadorias das atividades mercantilistas. A cidade apresentava o maior mercado nacional e, pelo fato de ter sido a Corte e capital do país, realizava transações com o Brasil inteiro. A função política original da cidade de garantir o domínio do mercantilismo permite a concentração na área urbana dos excedentes dessas atividades de tal forma que as atividades comerciais, de exportação e fiscalização se centralizam no Rio de Janeiro.

Outro fator para o crescimento da sede do poder político nacional foi a imigração dos excedentes do trabalho escravo no campo. Este processo que se iniciara com a vinda dos escravos das atividades de mineração de ouro, em decorrência do seu esgotamento, terá continuidade com a decadência de diversas regiões agrárias de produtos voltados para a exportação, tais como as fazendas produtoras da cana de açúcar, localizadas no nordeste brasileiro (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e até mesmo as produções cafeicultoras do vale do Paraíba.

A mão de obra livre também era atraída para o Rio de Janeiro, que necessitava cada vez mais de trabalhadores para as diversas funções desempenhadas pela cidade. Por ser o maior mercado do país, a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu a produção nela localizada, criando novos e diversificados produtos para consumo interno de forma ainda pré- industrial (em sua maioria oficinas, trabalhos domésticos e manufaturas).

Cabe lembrar que os impostos cobrados pela Corte no século XIX ficavam em sua maior parte na própria Corte, pois a máquina administrativa ali estava situada.

Entretanto, a capital do país não apresentava uma urbanização propriamente dita, mas sim um grande adensamento populacional. Juntamente com o crescimento da população do Rio de Janeiro, aumentavam os seus problemas urbanos, tais como a ausência de saneamento básico, o agravamento das condições de saúde dos habitantes, um déficit cada vez maior de moradia, a inadequação da infraestrutura da cidade para com as atividades nela realizadas e problemas de segurança, entre outros. Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro não possuía as condições de salubridade desejáveis para a realização de negócios e manutenção do mercado interno. Doenças e epidemias, como a febre amarela, varíola, peste bubônica, tuberculose, entre outras, dizimavam boa parte da mão de obra da cidade, sendo urgentemente necessárias medidas para sua solução.

Todavia, a Corte não estava preocupada ou não tinha soluções econômicas para resolver esses problemas. Nos países mais desenvolvidos, boa parte do financiamento da urbanização das cidades se dava pelo capital industrial ou com a participação ativa do Estado, que concentrava o capital da empresa industrial, o que não acontecia no Brasil, tendo em vista que o Estado brasileiro estava subordinado aos interesses das oligarquias agro- exportadoras ligadas ao capital comercial. O Rio de Janeiro, portanto, concentrava esse capital da empresa comercial que não possuía recursos suficientes para solucionar os problemas da cidade. A alternativa encontrada foi a busca por investimentos externos, oriundos de fora da economia mercantil, em outras palavras, oriundos do capital industrial estrangeiro.

Iniciativas como a do Barão de Mauá na iluminação da cidade, da casa Glenn and Mills na implantação da Rio de Janeiro City Improvements, a qual dotou a cidade da segunda rede mundial de esgotamento sanitário, a ação da empresa belga Société Anonyme Du Gaz, da implantação da rede de carris urbanos por iniciativas de capitais anglo- americanos, dão exemplo de algumas das soluções encontradas para resolver os problemas de urbanização e salubridade da cidade neste período (Solis; Ribeiro, 1985).

Mas para que fossem buscados esses recursos, era preciso que a capital do Brasil se apresentasse ao exterior como Metrópole, porto exportador- importador e como centro político- financeiro capaz de se afirmar na divisão internacional do trabalho e do

comércio mundial. Como já foi demonstrado anteriormente, as principais atividades políticas e econômicas brasileiras encontravam-se centralizadas na capital do país, símbolo do poder político da oligarquia agro- exportadora, especialmente a cafeeira. Essa classe dominante lança mão da localização geográfica da cidade para torná-la um importante porto de exportações e importações em nível mundial, permitindo que seus interesses, enquanto classe, se realizassem, aumentando o número de trocas comerciais e operações financeiras com o exterior.

Entretanto, a estrutura predominantemente agrária brasileira somente teve condições de realizar a inserção do país na divisão internacional do trabalho e do comércio, de forma subordinada. O Rio de Janeiro possuía o maior mercado do país, porém, seu capital comercial era forte apenas internamente, as economias baseadas em modelos mercantilistas há muito estavam em decadência e não faziam frente às do capitalismo industrial avançado.

Ainda assim, o país conseguiria sua inserção na economia mundial e as oligarquias atingiriam naquele momento seus objetivos de classe. Os capitais estrangeiros adentraram ao Brasil, principalmente os ingleses. Nesse sentido, em 1862, por exemplo, o governo imperial concedeu o monopólio da exploração da rede básica de esgotos do Rio de Janeiro a uma empresa inglesa (SOLIS; RIBEIRO, 1985, p.46-50).² O saneamento básico, que, mais do que uma simples questão de higiene, tornara-se uma questão econômica, levando-se em conta que dizimava parte da mão de obra da cidade, o que prejudicava a acumulação de capitais da mesma, acabou por ter um papel indutor na economia. A indústria da construção civil beneficiou-se, na medida em que executava essas obras, assim como foi aberto o caminho para a implantação dos serviços de gás, energia elétrica e de transportes, com os bondes (inicialmente puxados por burros e, posteriormente, os bondes elétricos). As estradas de ferro também se expandiram o que, em parte, induziu e contribuiu para a ocupação dos subúrbios.

Sendo assim, inicialmente, o capital predominantemente estrangeiro aproveitou-se do mercado já existente na cidade. No entanto, o capitalismo industrial, ainda nascente no país necessitava que a cidade lhe proporcionasse alguma estrutura para a realização de seus negócios. Daí surge o ideário modernizante, no qual o governo impunha-se decisivamente como elemento disciplinador do espaço urbano. Típico de um Estado liberal, o governo nacional entrará com investimentos onde as iniciativas

privadas não se interessavam ou não tinham condições para investir. Nesse sentido, ocorrem as reformas modernizantes da cidade do Rio de Janeiro, mudanças estas que acabaram por expulsar grande parte das camadas mais pobres da população das proximidades do centro, em direção às áreas suburbanas.

As necessidades de acumulação dos setores cafeeiro e industrial foram atendidas na medida em que se realizava o saneamento prioritário do Porto do Rio de Janeiro. A modernização da área visava “a ordenação do espaço portuário a fim de garantir não só a eficiência do movimento exportador e importador, sobretudo das máquinas, mas também disciplinar o trabalho executado na orla marítima, tornando-o mais produtivo” (ALBUQUERQUE, 1985, p.90). A ampliação de ruas e criação de avenidas, dessa forma, permitia uma mais rápida circulação pela cidade e, ao mesmo tempo, a instalação de empresas nas proximidades da sua área de atuação e circulação.

Através do discurso da insalubridade foram derrubados os morros da região central (Castelo e, posteriormente, Santo Antônio) e diversas casas que também se situavam na região para a criação de largas vias, tais como a Avenida Central, hoje Rio Branco e o alargamento de outras, como por exemplo, a Rua da Carioca e a Rua Sete de Setembro. Em termos gerais, isso representava a entrega do centro da cidade ao capital. A reforma Passos marca uma fundamental transformação na relação entre Estado e urbano, até então indireta. A intervenção crescente do Estado no espaço urbano “não só modificou definitivamente essa relação, como alterou substancialmente o padrão de evolução urbana que seria seguido pela cidade no século XX” (ABREU, 2006, p.73).

A cidade do Rio de Janeiro possuía necessidades de criação, concentração e acumulação do capital que passam a ser representadas nestas transformações da primeira década do século XX. É o momento histórico de “interesse cada vez maior do capital financeiro em comandar o processo de evolução da forma urbana carioca” (ABREU, 2006, p.79). No entanto, não é possível dissociar a estrutura espacial de uma cidade capitalista de suas práticas e conflitos sociais existentes entre as classes urbanas. A expansão urbana que viria a partir dos anos 1920 “caracterizou-se, ademais, pela extensão efetiva do tecido urbano para além das fronteiras do Distrito Federal, dando início, assim, ao processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço urbano carioca” (ABREU, 2006, p.81). Todavia, esse notável crescimento se efetuou de maneira bastante contraditória, com o Estado e suas concessionárias de serviços

públicos atuando basicamente nos locais de ocupação das camadas média e alta, enquanto ausentava-se das zonas de ocupação mais pobres.

A administração Pereira Passos (1903-1906) no governo Rodrigues Alves, e suas subseqüentes, consagram, portanto, a ideologia hegemônica das oligarquias agro-exportadoras cafeeiras. Sua atuação à frente da prefeitura da cidade se inspirou grandemente no plano do Barão de Haussmann, executado na França no século XIX. Este, por sua vez,

[...] tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua. (...) As novas avenidas facilitarão o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade. Mas, além de servirem ao exercício da coação política e militar das classes dominantes, os bulevares atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria. (BENCHIMOL, 1990, p.193)

Ainda nas palavras deste autor, “as desapropriações constituíram um dos mecanismos básicos acionados pelo Estado para executar os melhoramentos urbanos em proveito do grande capital comercial e financeiro e de seus ‘sócios menores’” (BENCHIMOL, 1990, p.249). Ao mesmo tempo atendia-se aos interesses estratégicos do capital e às suas conveniências e necessidades de expansão, atingindo de maneira desigual o conjunto da população, tendo em vista que os pontos escolhidos para a realização das desapropriações e alargamentos das ruas e avenidas foram as áreas basicamente de concentração do proletariado urbano, mais degradadas e vulneráveis da cidade. As demolições tornaram a questão habitacional do Rio de Janeiro mais aguda, ampliando a escassez de alojamentos na região central.

A diminuição de moradias na região central gerou a ampliação da cidade para outras áreas. Nesse sentido, da mesma forma que os trens, os bondes foram decisivos, mas com outra perspectiva. Aproveitando-se inicialmente dos já existentes mercados, rapidamente ampliariam seus serviços pelas zonas sul e norte da cidade. Estas seriam as zonas mais nobres da cidade, enquanto as áreas suburbanas, servidas por trens (os bondes só viriam a se interessar em explorar as áreas algumas décadas depois), servirão para a habitação das camadas mais pobres da população e para uma expansão não muito ordenada da indústria e do comércio.

O poder metropolitano

Historicamente, os interesses das classes dominantes no Brasil eram altamente fragmentados. O poder local imperava, as relações políticas predominantes eram de mandonismo local ou regional, não havendo uma preocupação maior fora desses âmbitos. No período de predomínio das lavouras de cana de açúcar no país (séculos XVI e XVII), o interesse com a capital da Colônia (Salvador, depois Rio de Janeiro) era basicamente comercial, sendo a relação com o resto do território nacional, uma relação de disputa. Esse quadro não se altera significativamente no século XIX, auge da lavoura cafeeira, pois a classe dominante de sua época não possuía a preocupação em se relacionar com os setores decadentes da cana de açúcar, nem com seus concorrentes diretos, produtores de café. As demais formas de produção, como a do algodão, também não a atraíam. As camadas dominantes procuravam essencialmente assegurar seu domínio regional.

No entanto, dialeticamente, essa predominância regional era extremamente dependente do poder central, e isso em ambos os períodos acima mencionados.³ Essa dependência das oligarquias frente ao poder central se dava em diversos aspectos, dentre eles o político e o econômico. Em outros termos, as frações dominantes, para continuarem dominantes, necessitavam de uma aliança entre elas mesmas para poderem manter a capital e o país inteiro subordinados aos seus anseios. Isso significava que a ação das classes dominantes, por este fato de elas estarem no poder, se direcionava para um viés nacional, ou seja, os interesses defendidos eram claramente a favor do fortalecimento da nação, embora isoladamente não se preocupassem com nada além de seu domínio local.

O Rio de Janeiro se beneficiou disso, fortalecendo-se como centro político-financeiro tanto internamente, quanto externamente, ainda que nesse aspecto de forma subordinada, dada a condição do país. A importância da cidade pode ser medida no tamanho da população. Embora a economia de São Paulo já fosse a maior do país nos anos 1920, o que originou a conhecida e claramente exagerada frase de que o estado se assemelhava a uma “locomotiva que puxava vagões vazios”, nesse mesmo ano de 1920, a sua população equivalia a pouco mais da metade da população habitante no Distrito

Federal (respectivamente 579.033 e 1. 157. 873) (CARONE, 1974, p.9). As oligarquias agro- exportadoras necessitavam dessa força de agregação; mais do que apenas para se manterem regionalmente e nacionalmente como dominantes, as suas relações com outros países requeriam as condições apropriadas para a contínua realização das trocas e a conseqüente garantia de seus interesses de classe.

Todavia, convém ressaltar que a dominação de uma camada da sociedade sobre as demais não se dá de maneira efetivamente completa ou, ao menos, consolidada somente pelas suas eventuais condições políticas e econômicas majoritárias. No caso brasileiro das oligarquias em questão, era preciso que as contestações ao seu predomínio fossem baixas ou, quando se tornassem efetivas revoltas, pontualmente reprimidas e controladas, de forma a não se espalharem ou servirem de exemplo para novas revoltas no país. As frações de classe dominantes necessitavam de uma aceitação ideológica, consensual a fim de perpetuarem no poder, evitando, ao máximo, distúrbios. Simbolicamente, o poder das camadas dominantes liberais no Brasil da primeira República deveria ser reconhecido como não- arbitrário, deveria ser de aceitação, a qual permitisse à população brasileira o reconhecimento do benefício que a sua perpetuação como dominante traria ao país.

Sendo assim, a cidade do Rio de Janeiro se apresentaria para a oligarquia agro-exportadora como o local por excelência para o direcionamento dos seus esforços em busca dessa aceitação simbólico- ideológica. O Rio de Janeiro já se apresentava como este ambiente propício desde antes de se tornar o município neutro da Corte. O fato de ser a capital da Colônia desde 1763 tornava a cidade o espaço onde se centralizavam as relações com a Metrópole portuguesa. Porém, àquela época isto não representava muito, tendo em vista que uma capital de colônia era basicamente mais uma cidade subordinada à Coroa portuguesa e levando em conta o pequeno tamanho da cidade, que terminava nos arredores do que hoje é a Rua Uruguaiana.

Outro fator que limitava, no fim do período de Brasil- Colônia, o Rio de Janeiro como expressão do nacional, embora ainda assim, a população da cidade já fosse a que melhor representava o país como um todo, dada a sua heterogeneidade, foi o exclusivismo comercial com Portugal. O monopólio não permitia aos agro-exportadores grandes possibilidades de incremento nos seus negócios com o exterior. A chegada da Família Real portuguesa ao país é significativa, pois, ao desembarcarem primeiramente

em Salvador, decidem seguir ao Rio de Janeiro por considerarem a cidade mais estruturada e capaz de abrigar a Corte, tendo em vista que era a capital da Colônia. A partir daí, acelera-se a possibilidade da transformação da cidade em um local cosmopolita. A abertura dos portos viria a atender os anseios da elite agro-exportadora e a partir desse momento a cidade passa a se apresentar como um ponto de confluência para imigrantes vindos de outras regiões do país e do mundo.

Ao chegar à cidade, rapidamente percebeu-se a necessidade de se instalar as instituições necessárias para a administração do Império português. O Rio de Janeiro deixa de ser uma simples capital de colônia, tornando - se provisoriamente a sede de um Reino (Reino Unido a Portugal e Algarves) e, posteriormente, a capital imperial do país. A transformação da cidade num local que permitiria a construção da aceitação simbólica das oligarquias agro- exportadoras se dá pelo fato de que uma capital que se pretendia cosmopolita, não poderia apresentar os problemas que nela se encontravam de habitação, transporte, luz, segurança, água e esgoto, entre outros.

O caso do saneamento básico apresentava-se dramático para a inserção comercial do Brasil, assim como para sua inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, devido ao fato de que os mosquitos e as doenças por eles transmitidas dizimavam principalmente os imigrantes europeus, menos resistentes do que os negros africanos e os nativos. Como a mão-de-obra das manufaturas, oficinas e indústrias nascentes no Brasil era em parte composta desses imigrantes europeus, isso acarretava um sério problema econômico para o país. As condições de vida e de saneamento precárias da força de trabalho também eram responsáveis pelos altos índices de mortalidade dos trabalhadores de origem escrava ou ex-escrava, intensamente presentes nesses meios (MATOS, 2008).

Pelo fato do Rio de Janeiro tornar- se o símbolo do país justamente por ser a expressão do poder político local e regional, a necessidade mais imediata para as elites dirigentes, será a de tornar a cidade mais salubre e, conseqüentemente, mais bonita de se ver, com um mínimo de habitabilidade para os trabalhadores. Já por volta da década de 1910, cientes das belezas naturais da cidade, as oligarquias (especialmente a oligarquia paulista) criam para o Rio de Janeiro o famoso lema “Cidade Maravilhosa”.⁴ A capital do país teria importante papel na realização dos interesses político- econômicos e agora

também culturais das camadas dominantes em nível internacional, ao mesmo tempo em que se abriam as portas para imigrantes, mercadorias, capitais e turistas estrangeiros.

Nesse sentido, também visa-se assegurar aos trabalhadores o mínimo de condições para viver na cidade e nela trabalhar. Não era interessante economicamente para a elite no poder, a alta mortalidade de seus empregados. Ainda que as funções requeridas não demandassem um alto grau de especialização e não fosse tarefa difícil repor as perdas, dada a certa abundância do “exército de reserva”, as consecutivas mortes de trabalhadores atrapalhavam o andamento da produção. Até o início do século XX, a massa trabalhadora não tinha quaisquer garantias, sendo datadas do final da década de 1910 as primeiras leis sociais. No entanto, essas leis não atendiam bem e a insatisfação dos trabalhadores apresentava um crescimento considerável. Exemplo disso são as greves de 1917 em São Paulo e 1919 no Rio de Janeiro, as campanhas populares contra a carestia da vida e a constituição de algumas instituições de trabalhadores, como a Confederação Operária do Brasil (1912-1913), o fortalecimento dos Sindicatos anarco-sindicalistas e a constituição do Partido Comunista em 1922. Por muitos anos ainda, a questão social continuou a ser tratada como “um caso de polícia”.

A crise do liberalismo oligárquico, crise social urbana dos anos 1920 e revolução de 1930

A revolução de 1930 não representa uma ruptura completa na estrutura de dominação política, mas já expressa claramente o declínio de poder dos produtores de café. As modificações que se verificam decorrem de um processo que se configura por mais de trinta anos e deságua no movimento revolucionário. A oligarquia cafeeira foi se tornando cada vez mais dependente do capital financeiro e, conseqüentemente, vulnerável a crises internacionais. Nesse mesmo período, em virtude da urbanização de várias cidades brasileiras, juntamente com a formação de uma classe operária, cresceu a classe média urbana. A opinião pública vinculada a alguns setores dessa classe média se expandiu em relação à força e conteúdo, mas ainda assim, esses não tiveram capacidade de alcançar o poder com as transformações pós- 1930.

A crise mundial de 1929, embora só viesse a afetar a economia brasileira em 1931, teve um importante papel nas transformações que viriam a afetar o país. O

capitalismo liberal parecia ter se esgotado no mundo e no Brasil. Dessa forma, a democracia liberal do país, correspondente ao liberalismo oligárquico, parecia não mais ter vez. Nas palavras de Boris Fausto:

[...] não por acaso a marca dominante do sistema político vigente entre 1930- 1945 foi a ditadura autoritária, informal (governo provisório) ou formal (Estado Novo), cortada apenas pelos anos 1934- 1937, em que as liberdades democráticas foram sendo suprimidas, após a tentativa de golpe pelo PCB, em 1935. (FAUSTO, 1997, p.23).

Embora a autonomia regional, preponderante no Brasil até o fim da primeira República, não pressupusesse a fraqueza do poder central, conforme afirmamos anteriormente, após 1930 o grau de autonomia do Estado foi ampliado.

No imediato período pós- revolucionário de 1930, nenhum setor da sociedade possuía plenas condições de comandar o país. Parte da oligarquia agrária dominante, mais ligada à produção voltada para o mercado interno, havia se colocado à frente do movimento, mas não adquirira força suficiente para liderar politicamente o Brasil. Esse momento inicial foi, portanto, marcado por uma crise de hegemonia. No decorrer do processo histórico, a ordem industrial veio a prevalecer. As atividades industriais se ampliaram nessa conjuntura pós- 1930, principalmente a partir da década de 1940, devido às dificuldades enfrentadas no âmbito das importações, como reflexo da escassez de divisas, e também por causa da capacidade industrial ociosa, consequência das importações de bens de produção na década de 1920.

O Estado passa a ser dirigente do grupo social, substitui as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação da sociedade brasileira e assume a tarefa de ser dirigente politicamente inclusive das próprias classes economicamente dominantes. Dessa forma, a implantação da ordem urbano – industrial, tendo como agente principal o Estado no lugar das classes sociais, gerou grandes repercussões diretas no arranjo e no conflito de classes desse período histórico.

As oligarquias agro-exportadoras dominantes na primeira República estavam sendo forçadas a pensar na questão da inclusão dos trabalhadores, ainda que de forma eminentemente subordinada. As primeiras leis sociais nada mais foram do que um reflexo de seu projeto ideológico, de uma certa preocupação que colocava na ordem do dia, um projeto para as classes trabalhadoras. Estas cada vez mais estavam

concentradas nas cidades, embora seu caráter predominantemente rural permanecesse até o início da década de 1960, e começam a demandar melhores condições de trabalho.

O número de greves se amplia até 1917/19, quando a questão da intervenção do Estado no mercado de trabalho vem à tona e começam a tramitar no Congresso o Código de Trabalho e a Comissão de Legislação Social em 1918. Em 1919 aprova-se a Lei de Acidentes de Trabalho e em 1920 começa-se a debater a repressão aos movimentos anarquistas sob a forma de lei (ALBUQUERQUE, 1985, p.92). Assim, eram buscadas, contraditoriamente, as condições sociais para a formação da unidade nacional sob a égide da ideologia da classe oligárquica dominante e de forma evidentemente excludente, onde os trabalhadores, urbanos e rurais, eram o elo mais fraco.

Não apenas a classe operária não fazia parte do projeto político oligárquico, mas a maioria das classes urbanas também não se faziam representar nesse projeto. A classe média, que havia crescido significativamente com a urbanização das principais cidades brasileiras, também não encontrava lugar no projeto liberal oligárquico. Sem perspectiva de ascensão social de classe, havia encontrado na carreira militar seu quase único canal de emergência para subir socialmente. Mesmo esta carreira estava visivelmente prejudicada pelo papel que o Estado oligárquico conferia às Forças Armadas, posição claramente inferior àquela conferida às guardas estaduais sob o comando do coronelato regional.

Essa discriminação das carreiras militares manifestou-se durante todos os anos 1920 em levantes militares armados, nas principais cidades brasileiras e mesmo no campo. Houve levantes em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, novamente em 5 de julho, desta vez de 1924, em São Paulo, que evoluiu para o levante da guarnição de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, cujos destacamentos sob o comando de Luís Carlos Prestes uniram-se a tropas da Força Pública paulista, sob o comando de Miguel Costa, que havia se retirado da cidade, formando a coluna Prestes- Miguel Costa. Esses movimentos de rebeldia militar mostravam a incapacidade do projeto liberal- oligárquico de dar conta de importantes estratos da formação social por ele mesmo criado durante a Primeira República.

Na década de 1930, o capitalismo norte-americano vive seu momento de ascensão no Brasil, embora ainda houvesse predomínio dos capitais ingleses. A mão de

obra imigrante, por sua vez, começa a declinar, passando a haver um predomínio da força de trabalho nacional. No que tange à tensão social, a crise e o desemprego não representam diminuições nas lutas e rebeldias frente ao regime. Entre 1930 e 1935, a política operária se encontra em permanente conflito com o sistema. Por um lado, o sindicalismo chamado “reformista”, ao longo das décadas iniciais do século XX se fortaleceu bastante, especialmente na capital. Por outro, temos também o recrudescimento de novas esferas organizadas do sindicalismo revolucionário em diversas vertentes.

Temos, por exemplo, a liderança política proletária que, em virtude das idéias trazidas da Europa, e da própria constituição interna de uma identidade de classe entre os trabalhadores brasileiros, se mostrava adepta às ideologias anarquistas e anarcosindicalistas, pela primeira vez na história do país passam a adotar as filosofias e táticas comunistas. Essas lideranças se aproveitam de um momento em que a crise do sistema impedia a ação mais enérgica das classes dirigentes. O medo dessas frente ao comunismo teria seu ápice após o levante comunista de 1935, a partir do qual estavam dados os pretextos políticos para a formalização da ditadura e repressão no golpe do Estado Novo, em 1937.

No entanto, mais do que pretextos políticos para um regime ditatorial, o levante de 1935 tornou claro e evidente que a solução para a crise política e econômica do país não poderia passar pelos cânones liberais. A mudança de um país agro-exportador liberal de base eminentemente rural para uma nação de base urbano-industrial não poderia ser feita por um regime democrático com base no direito herdado ao liberalismo da primeira República. Far-se-ia necessária a construção de um regime forte com forte predominância do papel do Estado que construísse a base industrial da nova nação e que fosse capaz de incluir as reivindicações, cada vez mais agudas, das emergentes classes trabalhadoras de base urbana. Isso diferiria o projeto do Estado Novo de Vargas das ditaduras fascistas, em voga no mundo, e também dos regimes comunistas.

Após o movimento de 1930, Getúlio Vargas “recebe” a agenda política do que se deve fazer para governar o país. O Brasil já apresentava algumas condições sociais para que se consolidasse a unidade nacional. No caso do Rio de Janeiro, algumas das condições para o nacionalismo já estavam criadas, mas a população da cidade também cria as demandas para tal. Mesmo quando as condições não estão dadas, as demandas

sociais já existiam. Dessa forma, o governo Vargas, complementando algumas das leis pioneiras da década anterior - como foi o caso da lei Elói Chaves, que instituiu a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão dos ferroviários, em 1923 -, será o responsável por ampliar as primeiras leis sociais de previdência pública, além da concessão de direitos ao proletariado e aos trabalhadores do comércio, tais como: a jornada de trabalho de 8 horas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, férias remuneradas, regulamentação do trabalho e do voto feminino e regulamentação do trabalho de menores, acidentes de trabalho, entre outras leis com a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1940. Neste mesmo processo também visava-se complementar a regulamentação dos sindicatos, com sua vinculação ao Ministério do Trabalho, de modo a limitar a autonomia sindical, visto que passaram a ser órgãos de colaboração entre as classes e o Estado.

Esse apanhado de medidas representava a compreensão do governo do Estado brasileiro de que fazia-se necessária a incorporação da classe trabalhadora ao projeto político do país para a construção de um marco político baseado na concepção de Nação e da ideologia do Nacionalismo. Os discursos ideológicos de Vargas apontam para a realização dos interesses universais da Nação. As ações entre o governo central e os estados foram regulamentadas visando à eliminação dos últimos resquícios de federalismo e regionalismo característicos da primeira República. O Estado passa a intervir cada vez mais na economia, diversificando a produção agrícola e aproveitando o desenvolvimento de novos cultivos. A abolição, ocorrida em 1937, das taxas interestaduais de exportação permitirá a integração dos setores urbano e rural, e contribuirá “para o desenvolvimento de um mercado realmente nacional” (SOLA, 1987, p.270).

A incorporação dos trabalhadores ao projeto político da Nação significa que estes deixarão de ser tratados como simples excedentes. Outra necessidade que surge é a de mostrar ao proletariado que o governo também está ao seu lado e não o deixa esquecido. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que reprime, dá concessões. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe trabalhadora será a condição para aquilo que algumas correntes de sociologia política denominam de populismo (SOLA, 1987, p.270). Em outras palavras, esse caráter em parte autoritário e em parte concessivo tornava as relações entre governo, identificado pela figura de Getúlio Vargas, e a massa

trabalhadora, bastante heterogênea em sua composição, tipicamente paternalistas. No início do Estado Novo, essas práticas políticas tinham a função política dominante de conquistar, controlar e disciplinar as organizações operárias. No fim do regime, por seu turno, o paternalismo seria utilizado para mobilizar as massas nas lutas políticas favoráveis a Vargas, portanto, contrárias aos grupos oposicionistas. O Estado brasileiro, dessa maneira, passa a ser nesse período o agente principal da sociedade, reivindicando todos os seus atos como nacionais e recrudescendo o nacionalismo enquanto ideologia.

A Rádio Nacional inserida nos contextos do país e da cidade

O Rádio brasileiro, embora apresentasse um crescimento do número de ouvintes considerável desde suas experiências primeiras em 1922, somente se consolidaria no cotidiano da vida social brasileira durante a década de 1940. A Rádio Nacional seria a emissora responsável por essa consolidação devido ao fato de ser a única com capacidade de criar nacionalmente um costume de se ouvir Rádio. É importante ressaltar o contexto histórico da época, tanto interna, quanto externamente. Havia a necessidade de o bloco político que se buscava hegemônico ditar um projeto de nação e de se pensar o Rádio como instrumento difusor da cultura brasileira. Seria concomitantemente o elemento integrador do país no âmbito cultural e definidor da posição nacional ao lado dos aliados na Segunda Guerra.

Nesse sentido, diversos investimentos foram realizados pela PRE-8 com o intuito de ampliar a emissora, trazendo-lhe melhores condições físicas, tecnológicas e de pessoal, com funcionários e artistas dos mais bem capacitados para trabalhar no meio radiofônico. A maior parte desses investimentos e melhorias tinha origem na arrecadação das receitas publicitárias, cada vez maiores à medida que a Rádio se expandia. Essa expansão,

[...] por um lado, confirma a prioridade conferida à missão do rádio no Estado Novo de Vargas; por outro reflete a urgência da ação governamental diante do agravamento das tensões internacionais da época, definidos os campos em conflito no mundo. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p.72).

Como parte das estratégias brasileiras de negociação política e econômica com os países conflitantes, o governo Vargas acabará, no tocante às técnicas radiofônicas, por incorporar alguns atributos do modelo alemão, de caráter diversionista, consolador e bastante “progressiva e compreensiva em relação aos interesses dos ouvintes” (BARROS, 1999-2000, p.98-9), especialmente no âmbito da propaganda política, mas viria a adotar um modelo de rádio comercial muito próximo do norte-americano.

A máquina propagandística do Estado Novo foi, portanto, bastante influenciada pelas propostas de Goebbels, na Alemanha de Hitler, e pelo uso dado por Roosevelt, nos Estados Unidos. Dessa forma,

[...] o rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. (LENHARO, 1986, p.40-1).

Pelo rádio, a palavra falada, marcada pelas qualidades sensíveis da elocução da voz, tornava-se um importante agente das transformações históricas. Era ainda, o meio propício para a entrada do poder público nos locais mais distantes e de difícil acesso. Sendo assim, permitia a criação e difusão da imagem de onipresença do Estado no país, pessoalizando a relação política com cada cidadão, ao mesmo tempo em que condensava-os simbolicamente no coletivo da nação.

Os meios de comunicação, através da máquina de propaganda, insistiram na construção da imagem da comunidade brasileira em permanente harmonia, ainda que o contexto da época fosse de restrita participação política. No entanto, a atuação da Rádio Nacional não pode ser reduzida a esse aspecto meramente reprodutor da doutrina estatal, sua constituição como principal emissora do país envolve um processo não linear de autonomização, mediada por uma liberdade de investimentos somente possível a partir de sua incorporação ao patrimônio da União, mas que não permite que a vejamos como pura e simplesmente estando a serviço dos interesses ideológicos do Estado, embora de fato atuasse basicamente no mesmo sentido.

A necessidade de constante atualização e agilidade no meio radiofônico não permitiria uma emissora se submeter completamente aos interesses de Estado e atender

a esse dinamismo obrigatório para uma empresa que sempre buscava reinventar-se. Nesse sentido, face à necessidade de prestar suas contas à União e para não ter seus lucros recolhidos aos cofres públicos, a Rádio Nacional autonomamente os reinvestia todos em melhorias de seus níveis técnicos e artísticos, possibilitando o pagamento de salários diferenciados e comissões de adicionais para seus funcionários (CALABRE, 2006, p.101).

O incremento das verbas da emissora decorria, portanto, de sua visibilidade cada vez maior. A valorização do espaço comercial da PRE-8 proporcionava contratos publicitários generosos o suficiente para que sua receita tivesse condições de bancar a elaboração de uma programação de qualidade bastante acima da média e a deixasse em destaque na radiofonia brasileira.

O modelo radiofônico preconizado pela Nacional atenderia aos interesses do grupo hegemônico no país na medida em que sua programação de atrações variadas buscou criar no potencial público ouvinte o hábito de escutar ao rádio e, conseqüentemente, formar e transformar padrões nacionais de costumes. A “missão” do rádio no país, ao criar essa audiência consolidada, abrangia também um projeto de Estado e de nação.

Inicialmente, a radiofonia brasileira foi idealizada para possuir um caráter basicamente educativo, segundo os pioneiros preceitos de Roquette Pinto, todavia, este modelo inicial seria gradativamente abandonado dando lugar a um aspecto comercial a partir do momento em que o governo permite a veiculação de propagandas no meio. Dessa maneira, abre-se espaço para a radiodifusão brasileira (entendida como de interesse público e, portanto, tratada como um serviço protegido e regulado pelo Estado) tornar-se popular e voltada para o entretenimento dos ouvintes. Na Rádio Nacional, por sua vez, a opção por determinados conteúdos da programação tinha como força condicionante os interesses de seus patrocinadores, embora não definissem sua programação unicamente pelos anseios publicitários.

A programação da Rádio Nacional em pouco tempo se tornaria o melhor retrato da proposta de rádio-entretenimento. Porém, não tiveram como intuito a formação de uma sociedade de massa homogênea por todo o país. Pelo contrário, as diferenças e peculiaridades regionais eram realçadas buscando sempre reforçar os laços culturais entre a variada população brasileira, disposta em todo o território nacional. Nesse

sentido, é possível afirmar que os interesses internos da emissora caminhavam lado a lado com a proposta nacionalista que se desenvolvia no país. O rádio tornara-se um importante meio para a promoção de valores para a sociedade brasileira, dentre os quais: “uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e valores tradicionais” (JAMBEIRO, 2004, p.14).

Ao inserirmos o rádio como importante instrumento difusor cultural devemos, ainda, levar em conta o processo de transformação que a sociedade brasileira presenciava naquele momento histórico. De acordo com Alcir Lenharo, “a presença marcante do rádio no dia-a-dia dos brasileiros pode ser mais bem avaliada se levarmos em conta as condições sócio-culturais que atingiam grande parte da população trabalhadora do país, submetida a um processo de desenraizamento” (LENHARO, 1986, p.41), perdendo seus vínculos com o território e grande parte de sua identidade enquanto povo.

Dessa forma, podemos afirmar que, cada vez mais, a população brasileira deixaria as zonas rurais rumo às cidades. Essa urbanização alteraria o perfil da mão-de-obra, que passaria, em boa parte, a se submeter às legislações trabalhistas. Estas, por não terem sido conquistadas pelos trabalhadores através de suas lutas, mas sim por outorga do Estado, exigiam divulgação e esclarecimentos. O rádio, por sua vez, foi o meio propício para tal, trazendo ainda a idéia de um diálogo entre o Estado e o povo e contribuindo para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional. Nesse sentido, formava-se um pacto de obediência política por meio de reconhecimento de interesses e necessidade de retribuição, ainda que não significasse o fim da resistência política da classe trabalhadora (GOMES, 1994, p.164).

A radiofonia, portanto, atuaria em consonância com os ideais de Estado. Nas palavras de Orlando de Barros, “o rádio era estratégico para a diretriz econômica do governo: a instauração de um sistema industrial capaz de substituir os produtos importados pelos nacionais” (BARROS, 1999-2000, p.99). O modelo de rádio educativo, de cunho elitista, daria lugar a um aspecto comercial, assumindo feição moderna e dinâmica, tal como ficaria conhecido em seus anos de ouro. O músico, apresentador e produtor Almirante (Henrique Foréis Domingues) desempenharia papel

fundamental ao compatibilizar as propostas de rádio educativo e comercial. Ainda segundo Barros, Almirante

Imaginava uma 'pedagogia' radiofônica baseada na troca de conhecimentos com o próprio povo, utilizando-se principalmente da música como instrumento mediador, pondo em prática uma integração nacional transiente ensejada pelo rádio, em especial na Rádio Nacional, que proporcionava a formação de uma poderosa rede brasileira. (BARROS, 1999-2000, p.102).

Dessa forma, Almirante foi capaz de proporcionar uma ponte entre os interesses da elite e os da massa da população, contribuindo decisivamente com a construção de um modelo para a radiofonia brasileira, modelo este que ao mesmo tempo, era capaz de entreter e vender. A relação entre rádio e sociedade pode ser caracterizada como de mão-dupla, ou seja, é constante a influência de uma sobre a outra, o produto oferecido pelo rádio passa pelo crivo de aceitação do ouvinte, seu consumidor (CALABRE, 2006, p.15).

Dentro desses esforços, estaria sendo difundido o sentimento de unidade nacional, aproximando a moderna capital federal dos cantões tradicionais do país. O aproveitamento de temas folclóricos, populares e fragmentos regionais estimulava um diálogo com a nação, assim como dos estúdios da Nacional seriam transmitidas atrações inspiradas no clima patriótico e trabalhista que se buscava difundir. Outro tipo de programação que se tornaria famoso e reconhecido pelo público seriam os programas de auditório. Esses, ao aproximarem as massas de seus artistas favoritos, permitindo inclusive o julgamento dos aspirantes à “estrela” - caso dos programas de calouros -, somados à variada programação que a emissora produzia, traziam a ilusão de participação das camadas populares na vida social e política do país.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, desempenharia um papel de suma importância devido aos seus atributos, os quais a tornavam a expressão de síntese da nacionalidade que se construía. O fato de a Rádio Nacional ser a maior emissora de rádio não só do país, como também da América latina, e estar situada nesta cidade certamente influía no conteúdo da programação transmitido por suas ondas. A heterogeneidade de sua população, por sua vez, propiciava a elaboração de diversificadas atrações, constituindo assim uma programação efetivamente nacional. Ao mesmo tempo em que boa parte das atrações era irradiada de seus estúdios e de seu

auditório, o próprio espaço físico da cidade serviria de cenário para as transmissões, como foram os casos dos programas “Divertimentos Lever”, que saía dos estúdios para as ruas e casas dos ouvintes, e do marcante “A Felicidade bate à sua porta”, que visitava os ouvintes sorteados nos diversos bairros do Rio de Janeiro com direito a uma série de comemorações, dentre elas o atrativo máximo da presença da cantora Emilinha Borba (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p.119-20).

Outros programas levados ao ar pela emissora representariam as iniciativas nacionalistas de seus organizadores, buscando ressaltar o papel da capital da República como síntese desta nacionalidade, tais como os musicais “A História do Rio pela Música” e “Histórias das Orquestras e Músicos do Rio de Janeiro”. Dessa forma, a história pessoal, ou contada em versos por esses artistas que presenciavam a rotina e participavam das transformações da cidade, e conseqüentemente, do país, adquiria importância significativa na definição da unidade cultural da população brasileira pelo rádio, especialmente pela PRE- 8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro seria bastante utilizada e de vital influência no conteúdo da emissora, ao explorar a oportunidade propiciada pelos espaços físico e social da capital da República e por sua população, oriunda de diversos pontos do país e, portanto, representante sintética da nacionalidade brasileira manifestada em sua heterogeneidade. Estas características possibilitariam ao grupo dominante no Brasil sua manutenção e construção de um projeto de nação baseado em ideais modernos, embora conservadores quanto aos valores ético-morais, permitindo a formação de uma identidade nacional num país em vias de urbanização e industrialização.

Considerações Finais: a Rádio Nacional e a construção de um novo modelo de Estado Nacional

A Rádio Nacional, como foi dito anteriormente, é incorporada ao Patrimônio da União em 1940, em decorrência da alta dívida da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, propriedade do capitalista Percival Farquhar e controladora do grupo A Noite, do qual a emissora de rádio fazia parte. Esta empresa, cujo capital era de origem norte- americana já havia se aventurado por outras iniciativas empresariais, tais

como a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no norte do país, e outras iniciativas na própria cidade do Rio de Janeiro, mas encontrava-se endividada frente à União, assim como grande parte da camada dominante ligada a interesses comerciais com o exterior. Nesse sentido, o Estado incorpora todo esse patrimônio em dívidas com o país, inclusive a recém criada emissora. A Rádio Nacional, portanto, aparece ao governo como um importante instrumento ideológico, num período de mudança da hegemonia no país.

As oligarquias agro-exportadoras cafeeiras, dependentes do liberalismo econômico, foram se tornando cada vez mais subordinadas ao Estado e, conseqüentemente, perdendo sua autonomia política. O Estado, por sua vez, se aproveita do momento de crise hegemônica para se sobrepor às classes e frações de classe existentes na sociedade brasileira. A Rádio Nacional se apresenta ao Estado como um aparelho ideológico, como um dos meios de assegurar o poder e a legitimação estatal como condutor na formação de uma nova hegemonia urbano- industrial.

Até então, o poder central havia se aproveitado da crise hegemônica para se consolidar, mas não possuía ainda um instrumento que permitisse transplantar o ideário nacionalista que convinha funcionalmente aos interesses do grupo vencedor de 1930 e 1932. A incorporação da Rádio Nacional e do Jornal A Noite, daria condições para a ampliação do alcance de sua mensagem por dois meios antes ausentes da mão do Estado. O fato de situarem-se na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, um dos mais importantes mercados do país e síntese desta nacionalidade, levando em consideração a variada origem de sua população, legitimava a sua ideologia e, conseqüentemente, a ação do Governo Federal. Esse papel simbólico da cidade, de sintetizar toda uma nação, aliado à imagem construída pela elite agro-exportadora cafeeira de “Cidade Maravilhosa”⁵ tornaria o Rio de Janeiro, em virtude de seu cosmopolitismo, o principal fiador da inserção comercial do país na divisão capitalista do trabalho internacional e, por conseguinte, criaria uma imagem positiva do Brasil no exterior (imagem esta que em muitos aspectos ainda subsiste).

O referido papel simbólico da cidade oferecia também, aos novos governantes oriundos da revolução de 1930, uma agenda de demandas sócio-econômicas que a estrutura dos interesses sociais e políticos existentes na capital da República, tornava absolutamente necessária como resposta ao novo governo central, o que jamais

aconteceu no governo liberal da Primeira República, e cuja solução marcaria, também, o limite de ruptura política entre o governo revolucionário e o governo liberal derrotado.

Devido à necessidade do governo Vargas de mostrar que estava ao lado do povo, especialmente o da capital, a Rádio Nacional aparece como um dos meios propícios para tal. É uma das peças-chave nesse mosaico de instituições inscritas no marco teórico do nacionalismo, tais como, as instituições de proteção e enquadramento do trabalho (Ministério do Trabalho e sindicalismo oficial), instituições de proteção da educação e saúde generalizada para toda a nação (Ministério da Educação e Saúde), as políticas de centralização do poder advindas com o Estado Novo, as instituições de proteção e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural (SPHAN), a instituição do salário mínimo e a consolidação das leis do trabalho, entre outras. Esse mosaico adquiria lógica e unidade a partir desse projeto de nação, montado por um governo que ganhara força com a consolidação da vitória do movimento revolucionário de 1930. Fazia parte da agenda política de demandas que o Estado necessitava atender.

Na medida em que eram atingidas algumas das demandas das classes trabalhadoras, crescia a importância da divulgação das melhorias empreendidas pelo governo. Embora o crescimento da PRE- 8 não se devesse unicamente à atuação governamental, tendo em vista que seus funcionários faziam parte dos profissionais mais capacitados para trabalhar no Rádio, o apoio do Estado brasileiro à Rádio permitiu a chegada desta à liderança de audiência. Todavia, algumas medidas internas a diferenciavam das demais repartições públicas como, por exemplo, a eliminação da “presença de ‘pistolões’, paternalismos e nepotismos nas contratações da emissora” (AGUIAR, 2007, p.22) e a sua não burocratização, ou seja, a emissora disputaria na concorrência com as outras e não seria um órgão de divulgação do governo Vargas. A concorrência publicitária seria responsável pelos maiores investimentos no interior da emissora, uma vez que a liderança de audiência alcançada pela Nacional proporcionaria à mesma a arrecadação de altas receitas, as quais permitiriam sua auto-suficiência financeira durante seu período de auge. Ainda assim, a programação da emissora da Praça Mauá, número 7, atenderia a muitos dos anseios da elite que buscava se consolidar no poder através da elaboração de um novo projeto de nação.

A sua diversificada programação teve o intuito de transmitir para todo o país, visando à conformação de uma identidade nacional. A Rádio Nacional tornou-se um

importante elemento no interior da política de promoção da integração nacional, levada adiante pelo governo Vargas. Essa política de governo possibilitaria, através das ondas da Nacional, o acesso de toda a população às informações veiculadas pelo meio radiofônico. A própria música escolhida para ser o prefixo da Rádio se encaixava perfeitamente nesse ideário: Luar do Sertão (de João Pernambuco e Catulo da Paixão Cearense) representava a chegada da Rádio aos mais longínquos pontos do país, com o Rádio possuindo esse papel de “trazer uma luz na escuridão”, tal como a imagem da lua no céu à noite. Nesse sentido, seriam realizadas diversas ações de melhorias na qualidade e alcance da transmissão da Rádio Nacional, como por exemplo, a instalação de uma estação de ondas curtas com a potência de 50 Kilowatts, em 1941, e a inauguração de seu auditório com capacidade para 486 lugares sentados, em 1942. Assim, estariam dadas as condições para a integração completa do Rádio à população brasileira e, conseqüentemente, para a realização dos interesses do Estado no âmbito da divulgação e perpetuação da concepção de nação e do ideário nacionalista.

HISTORICAL CONDITIONS FOR THE FORMATION OF RADIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Abstract: *This article treats about the conditions so that Rio de Janeiro, at that time capital of the Republic, made use of a broadcasting station of radio - the PRE-8: Rádio Nacional - that would fulfill a unifying role for the consolidation of the political actions of the winners of 1930 and for the opposition to the centrifugal regional and local forces. In this sense there will be boarded the historical conditions of formation of the city of Rio de Janeiro that make it a political, economical, commercial centre and also synthesis of the Brazilian nationality, which makes possible the promotion of a politics of national range through a public broadcasting radio station.*

Keywords: *Rádio Nacional; Central State power; Nationality; Urban transformations; Rio de Janeiro.*

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

- ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. Porto do Rio de Janeiro: estigma e história. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n. 1, p. 87-93, Agosto, 1985.
- BARROS, Orlando de. Um debate sobre a índole do rádio nos tempos de Vargas: a ‘Pedagogia do ar’ de Almirante. **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1999-2000.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- CALABRE, Lia. **O Rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940/1946)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.
- CARONE, Edgard. **A República Nova**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1974.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- JAMBEIRO, Othon *et alli*. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- SOLIS, Sydney Sérgio F. e RIBEIRO. Marcus Venício T. O Rio onde o sol não brilha. **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, v.1, n. 1, p.45-59, Agosto, 1985.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Notas

¹ Foi o caso, por exemplo, da solução ocorrida na revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, inicialmente de caráter separatista, e concluída com acordos políticos e econômicos entre a oligarquia gaúcha e o governo imperial.

² Esta foi a já mencionada Casa bancária Glenn and Mills and Co. , que deixaria a construção nas mãos da The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda.

³ No Brasil-colônia, a capital era o principal canal de acesso à Metrópole portuguesa. Já no Império, apresentava-se como mais importante mercado e porto do país, conforme já foi dito.

⁴ Já em 1908, o escritor Coelho Netto, ligado ao comércio importador- exportador da capital da República apresentava pela primeira vez, em artigo, a expressão “Cidade Maravilhosa”, que se tornaria marca da cidade do Rio de Janeiro, coincidindo com as amplas reformas urbanas promovidas por Pereira Passos e Lauro Müller durante o primeiro governo de Rodrigues Alves. Diversos intelectuais, jornalistas, historiadores e acadêmicos também contribuíram, à época, neste esforço de celebração da transformação da cidade.

⁵ Imagem consolidada em 1935, pela marcha carnavalesca de André Filho “Cidade Maravilhosa”, que caracterizava a cidade como o “Coração do Brasil”.